

**Minhas Senhoras e Meus Senhores,**  
**Ilustres Convidados,**

Neste momento culminante da nossa história, erguemo-nos para celebrar 51 anos da nossa Independência Nacional e do nosso sonho colectivo de construção de uma Nação, que se sustentou na resistência, se inspirou na coragem, e se afirmou pela perseverança de um Povo, “*ki bendi medu i kumpra coragi*”!

Neste espírito de celebração, saúdo a todos, e agradeço, com muito apreço e profunda gratidão, a vossa presença na Assembleia Nacional, que é a Casa das Leis e a Casa do Povo.

Este quinquagésimo primeiro Aniversário, da nossa Independência Nacional, é comemorado, hoje, num dia que se tornou ainda mais especial, por ser o dia em que os TUBARÕES AZUIS regressam a casa, Cabo Verde, depois da sua campanha histórica e heróica, no Mundial de 2026!

E, também por isso, esta celebração se faz sob o signo da Dignidade.

A DIGNIDADE de um Povo que demonstrou, ao Mundo, que o País que, em 1975, foi considerado inviável, transformou-se numa referência em África.

A DIGNIDADE de uma Nação que provou, ao Universo, que, afinal, a sua pequenez de tamanho, nunca foi limite para a sua ambição, enquanto Povo!

A DIGNIDADE de Homens e Mulheres que fizeram da resistência, da coragem, da garra e da determinação, a sua principal ferramenta, para vencer as intempéries com as quais sempre foram obrigados a conviver.

E, nessa Dignidade, uma palavra de louvor deve ser dirigida aos nossos BRAVOS RAPAZES, os TUBARÕES AZUIS, que elevaram, com distinção, o nome de Cabo Verde, aos quatro cantos do Mundo, demonstrando, com o seu futebol, que, afinal, os 99% de Fé são capazes de vencer o 1% de chance, que, no início da Copa do Mundo, nos atribuíram.

Por isso, e hoje, permitam-me homenagear, como sempre, e por um lado, os Combatentes da Liberdade da Pátria, Homens e Mulheres que lutaram, de diversas formas –  *muitas vezes, até anónima* – pois que, a eles, devemos o facto de estarmos aqui, hoje, num País independente, e que escolheu lutar pelo seu direito de decidir o seu próprio destino, há 51 anos atrás.

Por outro lado, e de igual modo, homenageio, hoje, os Combatentes do nosso Tempo – **os nossos Bravos Rapazes, os Tubarões Azuis!**

De facto, aos nossos Tubarões Azuis, neste quinquagésimo primeiro Aniversário da Independência Nacional, é devida uma merecida, sincera e sentida Homenagem!

E assim é porque eles conquistaram, por mérito próprio, esse reconhecimento, enquanto Combatentes deste Tempo!

Combateram um bom combate, fazendo de cada corrida, de cada desarme, de cada passe, de cada golo, e de cada lágrima, a sua arma, para provar, ao Mundo, que Cabo Verde também tem o direito de competir, a coragem de sonhar e o poder de vencer!

Hoje, os Tubarões Azuis não representam apenas Cabo Verde!

Representam milhões de africanos que, durante décadas, sonharam ver uma selecção do nosso Continente, jogar sem medo, e de igual para igual. O seu feito ultrapassou fronteiras, atravessou mares e conquistou o céu, transformando-se, sem dúvidas, no maior símbolo de orgulho, do Continente Africano!

Por essa razão, é nosso entendimento que o Parlamento Cabo-Verdiano como Casa do Povo, e onde o Povo de Cabo Verde está representado, deve reconhecer esse feito histórico, da nossa Selecção Nacional de Futebol, da forma mais honrosa que os limites das leis, da prática e da tradição permitirem! Ainda, e também porque esta é a Casa do Povo, permitam-me, nesta data, render um singelo, mas autêntico reconhecimento, a este Povo cabo-verdiano

- porquanto o verdadeiro protagonista da Independência Nacional – de todas as gerações:

- *A Geração que assumiu a Luta pela Independência Nacional;*
- *A Geração que assumiu a abertura ao Multipartidarismo; e*
- *A Geração que, no Século XXI, assumiu e assume os desafios que Cabo Verde enfrenta, para promover a elevação da nossa ambição, e tentar construir, na nossa Terra, a Terra com que todos sonhamos!*

**Senhor Presidente da República, Excelência,**

**Senhor Primeiro-Ministro, Excelência,**

**Exmos Senhores Membros do Governo,**

**Caros Colegas Deputados,**

**Ilustres Convidados**

Este é, deveras, um momento especial!

E, como tal, é nosso dever honrar toda a luta que nos antecedeu, todas as conquistas que, entretanto, foram alcançadas, e, com humildade, reconhecer que cada Geração, deve pensar com a “sua própria cabeça”, e assumir as lutas que o País precisa, “no seu tempo”, interpretando, em permanência, os desafios emergentes, e as expectativas do Povo, para poder responder, com prontidão, de forma concreta, e com patriotismo!

**Excelências,**

**Ilustres Convidados,**

O nosso Sistema Parlamentar, e a nossa vida política, em geral, estão inseridos num ambiente de onde recebe influências que, muitas vezes, podem conduzir a excessos dos seus constituintes. Neste sentido, cabe-nos a responsabilidade de buscar medidas que atenuem as tensões, para que a Assembleia Nacional seja respeitada como o centro nevrálgico da vida democrática do País.

Para isso, devemos ter em atenção as relações recíprocas a desenvolver com a sociedade, bem como entre as estruturas sociais, e as instituições políticas públicas e as não estatais.

Não podemos ignorar que o nosso Parlamento é de existência ainda curta, o que explicará, em grande medida, os momentos de conflitualidade entre os titulares de cargos políticos, e alguma dificuldade em pôr cobro a situações que, em nada, abonam a imagem desta Magna Instituição.

O sentimento público – *justo ou não* - é de que é preciso melhorar a correspondência entre os titulares dos cargos políticos e as expectativas dos eleitores que nos confiaram a gestão dos seus interesses, enquanto cidadãos.

Daí, que se impõem algumas reflexões, neste momento, e decorridos 51 anos da nossa Independência:

- *Será que a democracia representativa responderá às necessidades de o eleitor ter um maior peso na eleição do seu candidato? Ou deveremos introduzir contributos, da democracia participativa, no sistema eleitoral?*
- *Como evitar o desrespeito pelas regras democráticas e o descrédito da instituição?*
- *Quais serão as novas formas de intervenção dos sujeitos parlamentares que poderão potenciar a dignificação do debate político, a melhoria da imagem da instituição e os espaços do debate público?*

Essas reflexões se impõem, pois é evidente que temos pela frente o grande desafio e o profundo dever patriótico, de promover a democracia e a cidadania, para evitar o perigo de diluição do Estado de Direito, e combater os perigos de crise da soberania nacional - *desenvolvendo um forte sentimento de pertença, e de identidade nacional, aprofundando o gosto pela participação social e política, e sedimentando as instituições de soberania.*

**Temos, todos, em suma, que trabalhar, para promover a participação política, estimular a cidadania e reforçar a Democracia!**

E do Parlamento se espera, neste âmbito, que acolha, na plenitude, o protagonismo de outrora, com assumpção “*in totum*” da sua competência política e da sua competência legislativa!

Para isso, é evidente que deve prosseguir a Reforma do Parlamento que, não sendo uma finalidade, em si, persiste na agenda de muitos parlamentos.

### ***Ilustres Convidados,***

Reformar é a ação de melhorar, de corrigir, e de renovar.

Uma reforma, através de um novo projeto, traz inovação e melhorias na edificação!

E, por vezes, é necessário reformar, com coragem, para se garantir resultados!

O Parlamento deve fazer parte dessa vontade, de fazer mais, e de fazer melhor!!!

O Parlamento é a tradução da vontade do Povo!

Portanto, o Parlamento, para além de Órgão de Soberania, também é Cabo Verde.

Por essa razão, este Órgão deve, por respeito ao Povo que nos elegeu a todos, poder acompanhar, em ritmo acelerado, e com genica, as expectativas dos cabo-verdianos.

Nessa linha, é preciso que, de todos nós, Deputados Nacionais, emane uma vontade autêntica e firme, de acompanhar a evolução do tempo, para nos adaptarmos às novas realidades.

Como assumimos no discurso de tomada de posse, a 18 de Junho de 2026, constitui “*nosso propósito firme e uma prioridade da Mesa (...) criar todas as condições para prosseguir e acelerar a reforma do Parlamento, na perspectiva de, por um lado, reforçarmos os valores da integridade, da transparência e da confiança (...), e, por outro lado, garantirmos que a expressão “Casa do Povo”, alcance a profundidade merecida, e seja sentida por cada Cidadão cabo-verdiano*”.

Por isso, é nossa pretensão que, durante esta XI Legislatura, o Parlamento volte a assumir o seu papel activo, e de protagonista, naquilo que seja a sua competência:

- *Legislar, com mais eficácia, e por iniciativa própria;*
- *Fiscalizar, com mais justiça;*
- *Acompanhar, com mais prontidão; e*
- *Solucionar, com mais incisão.*

Para alcançar esse desiderato, revela-se “*mister*” concluir iniciativas importantes - *que, não sendo um fim, constituem o meio necessário, para impactar, directamente, na dinâmica produtiva da Casa Parlamentar* - como um novo **Regimento**, e uma nova **Orgânica**, e o **Estatuto do Funcionário Parlamentar**.

Essas iniciativas, que devem integrar a Reforma do Parlamento, constituem o instrumento privilegiado para otimizar o trabalho parlamentar, visando se alcançar o objectivo maior, que é produzir mais e produzir melhor, para impactar, profunda e verdadeiramente, a vida dos cidadãos, e solucionar, de forma concreta, os seus problemas, no dia a dia.

Há que promover uma mudança na perspectiva de actuar:

***O Parlamento deve passar a assumir, na plenitude, a sua competência legislativa, e a promover iniciativas por direito próprio, não se limitando a apreciar e a aprovar as propostas do Governo, porque existem matérias em que o Parlamento pode ter iniciativa!***

E o País precisa!

O País precisa que cada Poder assuma, na íntegra, a sua Missão!

Aliás, é a própria Constituição da Republica de Cabo Verde, a consagrar que ***“As leis podem ser... da iniciativa dos Deputados ou dos Grupos Parlamentares, sob a forma de Projectos de Lei ...”***, e, ainda que ***“Em sede parlamentar, as***

**propostas de referendo podem ser de iniciativa dos Deputados ou dos Grupos Parlamentares”.**

Por outro lado, a modernização deve atingir o Parlamento, a um ritmo mais acelerado, para se construir um **novo nível de relacionamento**, com a Sociedade em geral. E isso deve incluir a transmissão das sessões parlamentares em sinal aberto, através do sistema TDT (*Televisão Digital Terrestre*) e a criação de um Canal de Rádio Virtual (ou *Web Rádio*) do Parlamento, para transmissão das sessões parlamentares pela internet, acessível a todos, a qualquer hora, em qualquer Ilha, e na nossa imensa Diáspora!

Mas, tão importante como ser transparente no seu trabalho, o Parlamento tem o dever de, também, ser mais **eficiente nos seus resultados!!!**

E, neste quesito, as expectativas são elevadas para esta XI Legislatura. E disso devemos estar, todos, conscientes, pois, independentemente de tudo, somos Servidores Públicos!

Nós servimos os cabo-verdianos, e estamos sujeitos, a todo o momento, à sua avaliação.

Por isso, e neste início de Legislatura, o primeiro passo deverá ser ouvir!

É preciso ouvir o que pensam os cabo-verdianos da Magna Casa Parlamentar, para termos um ponto de partida, sobre o caminho que é necessário trilhar, para estar à altura das suas expectativas!

**Minhas Senhoras e Meus Senhores,**

No nosso discurso de tomada de posse asseverámos - e aqui reiteramos - que “A Assembleia Nacional deve, também, ser um espaço de construção de consensos nacionais, em torno das grandes Causas, do País, e pelo País. (...) deve ser o espaço de conciliação dos interesses nacionais, de superação de divisões, e de construção de soluções comuns”.

A assunção prática deste princípio, deve começar, inequívoca e primordialmente, pelo cumprimento dos preceitos constitucionais, nomeadamente em matérias que exigem a maioria qualificada de dois terços, para a sua aprovação - como é o caso *paradigmático da Eleição dos Órgãos Externos ao Parlamento*.

E, dessa nossa capacidade de construir pontes, de transpor barreiras e de vencer as diferenças, dependerá (e muito) a avaliação que a Sociedade faz de todos os Sujeitos Parlamentares, e da sua capacidade de colocar, em primeiro lugar, os supremos interesses do País.

Assim, e considerando as novas páginas escritas, nos últimos tempos, nesta Casa Parlamentar e no País, acreditamos, firmemente, que novas outras páginas conhecerão, no futuro próximo, a luz do dia, para que este Parlamento consiga, de forma madura e responsável, chegar aos consensos necessários para a renovação dos órgãos externos à Assembleia Nacional.

Em acontecendo (como esperamos e desejamos), este seria, inequivocamente, um sinal extremamente positivo que esta Casa Magna estaria a dar, em reconhecimento da confiança popular depositada nos Deputados eleitos para esta Legislatura, e para a mudança da percepção que, neste momento, parece existir na sociedade cabo-verdiana – *independentemente de ser justa, ou não* - em relação ao trabalho parlamentar, e à prestação individual de cada um de nós, enquanto Deputados.

**Excelências,**

**Ilustres Convidados,**

Todos devemos estar conscientes da transformação em curso, no mundo, e com a alma assolada de incertezas, em decorrência dos conflitos armados e das tensões geopolíticas que têm marcado a actualidade, a par da preocupação colectiva com o envelhecimento da população, com as alterações climáticas e as ameaças ecológicas, com as pressões migratórias (sem precedência), e, ainda, com a nova revolução industrial e tecnológica.

É que nenhum País - *mormente um pequeno Estado insular, como o nosso* - pode ignorar essas mudanças, e, tão pouco, a existência de um mundo multipolar, caracterizado pela ascensão de novas potências.

E, em Cabo Verde, vivemos um momento particular da vida nacional, em consequência de uma conjuntura económica internacional com sinais preocupantes.

Fazendo parte deste mundo global, Cabo Verde não está imune à complexificação das novas dinâmicas políticas, económicas e sociais, com as suas novas demandas por respostas, exigindo dos políticos e dos governos, capacidade inovadora e criativa, na forma de fazer política.

É, pois, inquestionável que, a nível interno, Cabo Verde enfrenta desafios, alguns dos quais estruturais, devido à sua dimensão e dispersão territorial, e outros pela necessidade de uma definição clara de prioridades, a par de políticas públicas eficazes (para garantir a distribuição equitativa do crescimento económico), e que possam, consequentemente e de forma real, impactar na vida dos cabo-verdianos.

É, também, indesmentível, que Cabo Verde precisa, com urgência, de profundas reformas, que o apetrechem com instituições públicas apropriadas à sua dimensão física, económica e social, bem como à sua realidade sócio-política e sócio-cultural.

E, neste contexto, não se pode ignorar a mudança que, a nível demográfico, vem ocorrendo.

Com efeito, e para assumirmos compromissos, com responsabilidade e ética, e que sejam exequíveis, temos de ter em conta os Dividendos Demográficos.

Daí sermos chamados, TODOS, a construir novos modelos de desenvolvimento económico, que tragam consigo novos atributos competitivos e novas vantagens comparativas, na perspetiva de criação de riqueza nacional e promoção de uma justa e equilibrada distribuição dos recursos gerados, em termos de emprego condigno, de salários justos, de um bom sistema educativo,

de um serviço de saúde com capacidade de resposta, de habitação condigna para todos, e do acesso a bens essenciais, sobretudo para quem mais precisa.

A este propósito, S. Excelência, o Senhor Primeiro Ministro, assumiu, e bem, no seu Discurso de Tomada de Posse, o seguinte:

**“O projecto de governação que hoje iniciamos assenta numa convicção simples, mas poderosa: nenhum cabo-verdiano deve ficar para trás. É esta visão que dá sentido ao nosso compromisso de construir um Cabo Verde Para Todos”.**

Todos devemos estar, por isso, predispostos a trabalhar, arduamente e de sol a sol, para que o País – o nosso País - esteja apto a enfrentar os desafios de um Novo Tempo, que potencie um Crescimento Sustentável, que gere mais e melhores Empregos, e que garanta mais Prosperidade!

Neste âmbito, como assinalámos na nossa tomada de posse, enquanto Presidente desta Magna Casa Parlamentar, “o Parlamento não pode ser um fim, em si mesmo. Deve ser o instrumento privilegiado, através do qual traduzimos as necessidades reais do povo, em leis justas, em políticas públicas eficazes, e em decisões que impactem, positivamente, na vida de cada cabo-verdiano... seja na luta contra o desemprego, seja na melhoria da qualidade da educação e da saúde, seja na protecção do ambiente, seja na promoção da igualdade de género, seja no combate às assimetrias regionais, ou no fortalecimento da economia real.

Estamos, pois, hoje, e, mais uma vez, confrontados com o desafio de refundar a nossa génese evolutiva, arreigada no pensamento pragmático de Amílcar Cabral, para sabermos interpretar a conjuntura atual, e antever os desafios futuros, de uma luta incessante pela afirmação do nosso Estado independente, fazendo do nosso Cabo Verde um País forte e determinado, na permanente construção do bem-estar económico e social, das nossas populações.

De facto, “Nha Irmon, já nós ê livri, independent...”, e “...5 di Julhu é kaminhu abértu pa felisidadi”

Hoje, ainda mais, com o "Feito Histórico" dos Tubarões Azuis!

Um feliz e abençoado quinquagésimo primeiro Aniversario da Independência Nacional!

Um bem-haja Cabo Verde!

Muito obrigada!